

RCD no CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 144.442 - SP (2015/0304688-0)

RELATOR : MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA
REQUERENTE : SUL AMERICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS
ADVOGADOS : SERGIO BERMUDES - RJ017587
JOSE CARLOS VAN CLEEF DE ALMEIDA SANTOS E
OUTRO(S) - SP273843
REQUERIDO : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADVOGADO : PAULO PEREIRA RODRIGUES E OUTRO(S) - SP113997
REQUERIDO : LENILTA FERREIRA DA PAZ GUIMARAES
REQUERIDO : MARCO ANTONIO MARTINS BATISTA
REQUERIDO : NILZA DANTAS DE FARIAS
REQUERIDO : VILMA APARECIDA FERNANDES EDICO
REQUERIDO : WANDA ARIELO EDICO
ADVOGADO : MARIO MARCONDES NASCIMENTO - SP220443
SUSCITADO : JUÍZO DE DIREITO DA 3A VARA CÍVEL DE MARÍLIA -
SP
SUSCITANTE : JUÍZO FEDERAL DA 1A VARA DE MARÍLIA - SJ/SP

DECISÃO

1. Trata-se de Pedido de Reconsideração apresentado por SUL AMÉRICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS contra decisão que declinou da competência e remeteu os autos à Segunda Seção desta Corte Superior, nos termos da seguinte ementa:

*PROCESSUAL — CIVIL. CONFLITO NEGATIVO DE
COMPETÊNCIA. JUÍZOS FEDERAL E ESTADUAL. AÇÃO DE
INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA. AÇÃO EM QUE A CAIXA ECONÔMICA
FEDERAL FOI EXCLUÍDA DA LIDE PELO JUÍZO FEDERAL, EM RAZÃO
DO CONTRATO DE FINANCIAMENTO DE IMÓVEL SER FUNDADO EM
APÓLICE PRIVADA. COMPETÊNCIA DA 2a. SEÇÃO DESTA CORTE (fls.
215/220).*

2. Em sua petição, a parte requerente argumenta pela competência da Primeira Seção deste Tribunal ou, subsidiariamente, pela suspensão do processo até o julgamento do CC 148.188/DF, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, na Corte Especial.

3. Recebida a petição, de ordem do Eminentíssimo Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, os autos retornaram a este Gabinete para análise do pedido de reconsideração (fls. 257).

4. É o breve relatório.

5. Em face das razões de fls. 229/236, reconsidera-se a decisão de fls. 215/220.

6. A matéria em discussão no presente Conflito de Competência coincide com a que está sendo debatida perante a egrégia Corte Especial deste STJ no CC 140.456/RS, Rel. Min. JORGE MUSSI, e no CC 148.188/DF, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, a serem julgados conjuntamente, ambos atualmente suspensos em razão do reconhecimento de Repercussão Geral pelo STF no RE 827.996/PR (Tema 1.011).

7. Além disso, a egrégia Primeira Turma também deste STJ, na sessão de julgamentos do dia 20.9.2016, deliberou em Questão de Ordem no AREsp. 562.003/PR, Rel. Min. GURGEL DE FARIA, por maioria de votos, sobrestar todos os feitos que versem sobre o FCVS-Fundo de Compensação de Variação Salarial, até que se finalize a apreciação do CC 140.456/RS, perante a Corte Especial do STJ.

8. Desta maneira, torna-se sem efeito a decisão de fls. 215/220 e determina-se o sobrestamento do presente, aguardando-se o julgamento do CC 140.456/RS, Rel. Min. JORGE MUSSI e do CC 148.188/DF, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS.

9. Determina-se à Coordenaria competente a retificação na autuação processual, em razão do retorno do processo a esta Relatoria.

10. Publique-se. Intimações necessárias.

Brasília (DF), 12 de fevereiro de 2019.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
MINISTRO RELATOR